

# **BISSEXUALIDADE, ATIVISMO E PRODUÇÃO DE SABERES: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE OS ESTUDOS E MOVIMENTOS BISSEXUAIS**

*BISEXUALITY, ACTIVISM AND KNOWLEDGE PRODUCTION: INTRODUCTORY  
NOTES ON BISEXUAL STUDIES AND MOVEMENTS*

*BISEXUALIDAD, ACTIVISMO Y PRODUCCIÓN DE CONOCIMIENTO: NOTAS  
INTRODUCTORIAS SOBRE ESTUDIOS Y MOVIMIENTOS BISEXUALES*

Inácio dos Santos Saldanha<sup>1</sup>  
Helena Motta Monaco<sup>2</sup>  
Beatriz Fragoso Cruz<sup>3</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo traçar um breve panorama da produção de conhecimento e da trajetória dos movimentos políticos em torno da bissexualidade, salientando o diálogo e a influência recíproca entre ambos, em uma abordagem interdisciplinar. Para tal, utilizamos de revisão bibliográfica das principais referências nacionais e estrangeiras sobre o tema, de observações com base em nossas experiências de pesquisa, debates e documentos referentes ao ativismo bissexual. Primeiro, sistematizamos o processo histórico de constituição dos dois campos em escala global, com atenção especial para as iniciativas estadunidenses e europeias, pioneiras e de grande influência até os dias de hoje. Em seguida, exploramos as dinâmicas de construção da bissexualidade como campo de atuação política e de conhecimento científico no Brasil. Finalmente, apresentamos os principais conceitos e categorias que emergiram das discussões contemporâneas sobre o tema: bifobia, apagamento, monossexualidade, monossexismo e monodissidência. Concluimos que a produção acadêmica e do movimento bissexual têm se influenciado continuamente, no Brasil e no mundo, na produção dos sentidos políticos e teóricos da bissexualidade, bem como na formulação de categorias analíticas.

**Palavras-chave:** Movimento LGBT; Bissexualidade; Monodissidência; Produção de Saberes.

**Abstract:** This article aims to draw a brief overview of knowledge production and political movements trajectory on bisexuality, highlighting the dialogue and the reciprocal influence between them, through an interdisciplinary approach. To achieve that goal, we use the literature review of the main Brazilian and worldwide research references on the topic, as well as observations based on our research experiences, debates, and documents about bisexual activism. First, we systematize the historical process of constitution of those two fields on a

---

<sup>1</sup> Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: [inaciosants@gmail.com](mailto:inaciosants@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2188-9905>.

<sup>2</sup> Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: [helenamonaco@gmail.com](mailto:helenamonaco@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8505-8487>.

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Psicologia Social e Antropologia pela Faculdade Metropolitana. E-mail: [fragosobeatriz11@hotmail.com](mailto:fragosobeatriz11@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2472-265X>.

global scale, with special attention to the North American and European initiatives, the pioneer, most influential ones until today. Then, we explore the dynamics of the construction of bisexuality as a field for political action and scientific knowledge in Brazil. Finally, we introduce the main concepts and categories that emerged from contemporary debates on the topic: biphobia, erasure, monosexuality, monosexism and monodissidence. We conclude that the academic productions and the bisexual movement have influenced each other in Brazil and worldwide, producing political and theoretical meanings of bisexuality and formulating analytical categories.

**Keywords:** LGBT Movement; Bisexuality; Monodissidence; Knowledge Production.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo trazar un breve panorama sobre la producción de conocimiento y la trayectoria de los movimientos políticos en torno a la bisexualidad, enfatizando el diálogo y la influencia recíproca entre ellos, en un enfoque interdisciplinario. Para ello, utilizamos una revisión bibliográfica de las principales referencias nacionales y extranjeras sobre el tema, observaciones basadas en nuestras experiencias investigativas, debates y documentos referentes al activismo bisexual. En primer lugar, sistematizamos el proceso histórico de constitución de los dos campos a escala mundial, con especial atención a las iniciativas americanas y europeas, pioneras y de gran influencia hasta la actualidad. Luego, exploramos la dinámica de construcción de la bisexualidad como campo de acción política y conocimiento científico en Brasil. Finalmente, presentamos los principales conceptos y categorías que surgieron de las discusiones contemporáneas sobre el tema: bifobia, borradura, monosexualidad, monosexismo y monodisidencia. Concluimos que la producción académica y el movimiento bisexual han sido continuamente influenciados, en Brasil y en el mundo, en la producción de sentidos políticos y teóricos de la bisexualidad, así como en la formulación de categorías analíticas.

**Palabras clave:** Movimiento LGBT; Bisexualidad; Monodisidencia; Producción de conocimiento.

*À memória de Marielle Franco e Renildo José dos Santos*

## Introdução

Este artigo é fruto do minicurso “Bissexualidade: sentidos, políticas e tensionamentos”, realizado em formato remoto em setembro de 2021, na II Semana LGBTQI+ da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), ministrado por Inácio Saldanha e Helena Monaco e cuja idealização contou com as contribuições de Beatriz Cruz. O minicurso foi ministrado em dois dias e teve um caráter interdisciplinar, introdutório e panorâmico de questões pertinentes nos campos político e teórico da bissexualidade. O artigo recupera algumas das discussões realizadas no minicurso no sentido de apresentar um panorama da trajetória da produção de saberes e políticas da bissexualidade na contemporaneidade, apoiando-se principalmente em revisão bibliográfica, mas também nas experiências de pesquisa das pessoas autoras, em

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais andamento ou concluídas (Helena MONACO, 2020a; Inácio SALDANHA, 2020; Beatriz CRUZ, 2021). Além disso, contamos com a troca acumulada de conhecimentos e experiências entre pesquisadores e ativistas bissexuais através do Grupo Amazônida de Estudos sobre Bissexualidade (GAEBI) e outros espaços, como o próprio minicurso. Com este artigo, esperamos contribuir para a construção dos estudos bissexuais no Brasil, apresentando conceitos e contribuições fundamentais do campo para pesquisas futuras.

No primeiro momento do trabalho, recuperamos a história dos movimentos e epistemologias bissexuais pioneiras, em particular no norte global; no segundo, apresentamos o caminho que essas discussões e atuações tiveram no Brasil. Por fim, apresentaremos os principais conceitos e categorias que emergiram desses debates nas últimas décadas: bifobia, apagamento bissexual, monossexualidade, monossexismo e monodissidência.

## **Movimentos e epistemologias ao redor do mundo**

A literatura especializada coloca com frequência que a noção de bissexualidade passou por três diferentes campos de sentido ao longo do tempo, sendo compreendida inicialmente como uma categoria anatômica (como intersexo), depois como uma fase de desenvolvimento psíquico em que confluem masculinidade e feminilidade e enfim como uma orientação sexual (Merl STORR, 2002, p. 3). Como apontaram de diferentes maneiras Lachlan MacDowall (2009) e Marjorie Garber (1997), porém, termos como *bisexual*, *bisixed* e *bisexous* já eram usados na Europa desde pelo menos o século XVII para se referir à humanidade em referências mitológicas e teleológicas, que chegariam ainda na literatura e na filosofia oitocentista. Para MacDowall, os três grandes sentidos dos quais fala a bibliografia contemporânea sobre bissexualidade são os sentidos modernos que a noção assumiu ao entrar para o domínio científico.

Steven Angelides (2001) argumenta que a categoria bissexual entra, assim, para as disputas políticas no século XIX através dos discursos científicos que transitavam por conflitos em torno de temas como racismo, feminismo, imperialismo e teorias darwinistas. Para ele, a definição moderna de bissexualidade enquanto intersexualidade fundamentaria a sua definição posterior de bissexualidade como uma fase em determinado processo de desenvolvimento, seja de uma psique, de uma raça ou da própria vida, que estaria presente na formulação das figuras modernas da sexualidade apontadas por Michel Foucault (2014), como a própria homossexualidade. Como objeto de saberes psicomédicos, a bissexualidade ganharia destaque

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais com a obra de Sigmund Freud, e entraria nas disputas entre psicanalistas e sexólogos à medida que seria cada vez mais associada ao desejo sexual, como um ponto fluido entre homo e heterossexual, como nas leituras da obra de Alfred Kinsey (ANGELIDES, 2001; MACDOWALL, 2009). Apesar desse lugar inicial de destaque, a categoria bissexual foi se tornando cada vez mais marginal nos estudos e políticas da sexualidade ao longo do século XX, quando a figura da pessoa bissexual emergiu como sujeito de desconfiança em ambos os campos. Caracterizada ora como confusão, ilusão e falsidade, ora como um infantilismo ou fase transitória, foi negado à bissexualidade o status de identidade sexual legítima (ANGELIDES, 2001).

A bissexualidade como identidade ou categoria de mobilização política, entretanto, se estabeleceu mais recentemente. Pessoas bissexuais já estavam presentes em organizações ou mobilizações políticas pela liberação sexual ao redor do mundo, embora sua presença frequentemente provocasse desconfiança e tensões nos grupos que intentavam criar espaços de valorização de identidades homossexuais. Mas os primeiros grupos especificamente bissexuais foram formados nos anos 1970 e 1980, com mais força nos Estados Unidos (Stephen DONALDSON, 2013), e depois em alguns países da Europa. O que chamamos hoje de movimento bissexual emergiu da necessidade sentida por aqueles ativistas de criar espaços de segurança e acolhimento, e mesmo uma comunidade, para pessoas bissexuais em um momento em que a identidade bi ganhava alguma força em movimentos da indústria cultural e da contracultura (DONALDSON, 2013).

Já nos anos 1970 surgem vários grupos de apoio nos Estados Unidos, como o National Bisexual Liberation Group, o Bi Forum e o San Francisco Bisexual Center, com predominância masculina (MONACO, 2020a). Na década seguinte, mulheres com experiência em movimentos lésbicos e feministas passaram a encabeçar novas organizações tanto nos Estados Unidos quanto em outros países do norte global (Catherine DESCHAMPS, 2008). Essa nova predominância de mulheres, que ainda pode ser percebida atualmente, pode ser explicada, segundo Deschamps (2008) pela maior divergência ideológica entre mulheres lésbicas e bissexuais do que entre homens gays e bissexuais, especialmente tendo em conta as diferentes perspectivas feministas. De fato, é comum que o feminismo lésbico reivindique a lesbianidade como a prática feminista por excelência e há muitos conflitos envolvendo políticas lésbicas e a

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais exclusão de mulheres bissexuais por supostamente contribuírem para o apagamento lésbico (Clare HEMMINGS, 2002)<sup>4</sup>.

Outra explicação atribui a predominância feminina nessas organizações à epidemia de HIV/Aids na década de 1980. Brett Beemyn (2004) afirma que o pânico provocado pela mídia em torno dos homens bissexuais, quando o maior número de mulheres e crianças infectadas por HIV foi atribuído a eles (em representações que os definiam como esposos infiéis, e inimigos infiltrados) afastou muitos desses homens do movimento ao mesmo tempo que os militantes já ativos envelheciam e se afastavam. Em seu influente livro *Bi: notas para uma revolução bissexual*, a ativista Shiri Eisner (2021 [2013]) defende que essa teoria ainda merece uma pesquisa que ilumine a influência cultural e política que a epidemia teve sobre a identidade bissexual masculina sem cair em comparações entre homens e mulheres. Sua preocupação é com a tensão que se seguiu no âmbito do movimento bi com a ênfase feminista das mulheres, respondida com alegações de que os homens bissexuais passavam a ser invisibilizados e marginalizados em relação a elas.

De todo modo, nos anos 1980 a organização bissexual com uma abordagem mais política se fortalece, com a criação de algumas iniciativas como a Boston Bisexual Women's Network, a organização feminista BiPOL, em São Francisco, o Bisexual Resource Center, a North American Bisexual Network e o Bisexual Committee Engaging in Politics (BiCEP), que reivindicava a inclusão da bissexualidade em nomes de organizações e paradas do orgulho (MONACO, 2020a). Com a produção de um vocabulário político próprio que viabilizasse a radicalização do movimento, em especial na noção de um preconceito específico, a “bifobia”, os grupos bissexuais passaram a valorizar definições de bissexualidade que tensionassem divisões e categorias binárias estabelecidas com relação a gênero e sexualidade. Isso acontece em um momento de aproximação com o movimento trans estadunidense e de difusão do ativismo queer nos anos 1990 (SAN FRANCISCO, 2011, p. 8). A partir de então, o movimento passa cada vez menos a falar em uma atração por “dois sexos” e cada vez mais em uma atração por “mais de um gênero”, independente de número ou grau (Jill NAGLE, 2013).

Acompanhando o crescimento das mobilizações políticas em torno da bissexualidade, no final dos anos 1980 e durante a década de 1990 começam a ser publicadas uma série de formulações teóricas sobre a bissexualidade (HEMMINGS, 2002) com abordagem feminista

---

<sup>4</sup> No Brasil, existem trabalhos verificando que as mulheres bissexuais têm sido vistas com desconfiança por supostamente exporem as lésbicas a perigos associados ao masculino (FACCHINI, 2008; LEÃO, 2018).

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais (STORR, 2002). Boa parte dessa produção se concentrou nos Estados Unidos, onde o psiquiatra, sexólogo e ativista bissexual Fritz Klein investiu na formação de um campo com a publicação do livro *The Bisexual Option*, a fundação do American Institute of Bisexuality e a editoração do *Journal of Bisexuality*, um periódico acadêmico especializado que é até hoje o principal meio de divulgação e debate desses estudos. E, embora alguns trabalhos internacionalmente relevantes tenham sido produzidos em lugares como Austrália, Canadá, Israel e países da Europa continental, o Reino Unido foi o único outro país a atingir um grau de institucionalização e um acúmulo de produção equiparável (Emiel MALIEPAARD, Renate BAUMGARTNER, 2021).

Alguns dos trabalhos mais relevantes são as chamadas “epistemologias bissexuais”, que até hoje são importantes referências para os estudos bissexuais e, de acordo com Elizabeth Lewis (2012), têm forte influência das obras canônicas da teoria queer, se aproximando política e epistemologicamente de seus fundamentos, já que ambas têm o objetivo de desestabilizar as identidades sexuais e de gênero entendidas de forma binária. O livro de Merl Storr, *Bisexuality: a critical reader* (2002) traz um compilado de referências que a organizadora identifica como epistemologias bissexuais, com textos de Jo Eadie, Marjorie Garber, Maria Pramaggiore, Yasmin Prabhudas, Elisabeth Däumer, Gilbert Herdt e Amber Ault, todos publicados originalmente entre 1984 e 1996. Epistemologia é um campo da filosofia que reflete sobre a produção de conhecimento; assim, as epistemologias bissexuais refletem sobre a produção de conhecimento a partir da bissexualidade, isto é, tomam a bissexualidade como ponto de partida para pensar questões relacionadas a gênero, sexualidade, desejo e erotismo. Essas reflexões surgem porque intelectuais bissexuais se viam fora da dicotomia hétero/homossexual presente nas discussões sobre gênero e sexualidade e, por isso, propuseram pensar a bissexualidade por fora desse sistema de classificação e como um meio de desestabilizá-lo e transformá-lo.

Tal como ocorreu na criação das primeiras organizações políticas bissexuais, essas autorias eram contrárias a postulados de movimentos gays e lésbicos<sup>5</sup> que se pautavam em identidades fechadas. Mas elas também se opunham a algumas tendências de certos setores de movimentos bi que buscavam consolidar a bissexualidade como mais uma dessas identidades. De fato, essa perspectiva se opõe à formação e defesa de uma identidade bissexual como estratégia política, por acreditar que a criação dessa identidade delimitada e distinta prejudicaria

---

<sup>5</sup> Como ficará mais visível à frente, optamos por falar dos movimentos de acordo com o nome dado no contexto ao qual nos referimos (gay e lésbico, homossexual, GLBT, LGBT, LGBTQIAP+).

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais seu potencial revolucionário de desestabilizar os binarismos sexuais e de gênero. A própria bissexualidade seria um ponto de partida para questionar e desmontar a classificação da sexualidade em identidades fixas, pois ela era vista como fluida e não categorizável. Nesse sentido, reivindicar uma terceira possibilidade (bissexual) no esquema heterossexual/homossexual não seria um rompimento suficiente, mas, ao contrário, conformar-se e assimilar-se a ele. Esse debate foi importante para o aprimoramento de conceitos e categorias pelos autores que vieram nas décadas seguintes, como veremos mais adiante.

## **Movimento e produção de saberes no Brasil**

Existe hoje uma periodização da história do movimento bissexual no Brasil, proposta pela ativista Daniela Furtado em 2020, no I Festival Bi+<sup>6</sup> e já adotada em um estudo científico, a dissertação de mestrado em psicologia de Dani Vas (2021). Essa leitura define três períodos, o primeiro em que militantes bissexuais estavam presentes em grupos homossexuais desde a década de 1970, o segundo no qual surgem os primeiros grupos bissexuais no Brasil na década de 2000, e o terceiro, na década de 2010, em que a formação de coletivos jovens e a ampliação do acesso à internet faz expandir o movimento pelo país a partir de então. Na ocasião, primeiro evento público da Frente Bissexual Brasileira, foi sugerido que talvez estivesse a se iniciar uma quarta fase, de maior aproximação e articulação entre coletivos e ativistas de diferentes partes do país. Aqui, em vez de períodos fechados, falaremos em processos de mudança na atuação política e, também, na produção de saberes, descritos em forma de momentos.

Embora coincida de forma aproximada com a periodização que existe em relação ao movimento, nossa proposta de organização em momentos se distingue por não os entender como eventos distintos e encerrados em uma temporalidade específica, mas como tendências mais fortes em determinados períodos que, no entanto, se sobrepõem umas às outras ao longo dos processos teóricos e políticos da bissexualidade. Apesar de reconhecermos sua importância histórica para a constituição do movimento, não consideramos, porém, o primeiro “momento” - isto é, a participação de bissexuais em grupos homossexuais entre os anos 1970 e início dos anos 2000 - como um movimento bissexual propriamente dito, por se tratar de uma atuação política não pautada especificamente na bissexualidade. Para os fins deste artigo, consideramos,

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://youtu.be/x6QV9O0SdaI>. Acesso em 19 out. 2021.

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais pois, o “movimento bissexual” como um movimento cuja atuação política é centrada na bissexualidade e/ou em sujeitos bissexuais e monodissidentes.

No Brasil, a politização das identidades sexuais se deu de forma efetiva a partir de um contexto de efervescência cultural e intelectual no fim da ditadura civil-militar, com o surgimento de um movimento homossexual organizado que se esforçou em construir uma linguagem política baseada na valorização da identidade homossexual (Regina FACCHINI, 2005). Nesse sentido, embora a fluidez da sexualidade e o rompimento das normas fosse valorizada, a categoria bissexual era negada como uma possibilidade para o campo da política e mesmo como uma identidade em si. Assim, a categoria circulava pouco e encontrava traduções mais populares, como o termo “gilete”<sup>7</sup> (aquele que corta dos dois lados), mas também “panqueca” e “panachê” (Peter FRY, 1982; Néstor PERLONGHER, 1987). Referências à desconfiança e ao escárnio em relação a pessoas que se identificavam como bissexuais nos espaços do movimento aparecem na literatura sobre o tema com alguma frequência (Claudio SILVA, 1998; Edward MacRAE, 2018; FACCHINI, 2005; Júlio SIMÕES, FACCHINI, 2009).

Tal como ocorreu em outros países, conforme mencionado na seção anterior, essas pessoas, especialmente os homens, ganharam o noticiário e os eventos científicos com o avanço da epidemia de HIV/Aids no país, na medida em que a doença, inicialmente associadas aos gays e outros grupos entendidos como promíscuos, teria índices de contágio cada vez maiores em mulheres casadas e crianças. A ideia de que os homens bissexuais, supostamente dotados de uma vida dupla, estariam transmitindo a doença de homossexuais para pessoas heterossexuais “indefesas”, tornaria a bissexualidade masculina um objeto de pavor incentivado pela imprensa (Thaynan BANDEIRA, 2018) e um tema de interesse científico no campo da saúde e da sexualidade. Ao longo da década de 1990, se as primeiras pesquisas foram esforços curiosos de saber quem eram os homens que tinham “práticas bissexuais”, os primeiros trabalhos de pós-graduação sobre a identidade bissexual masculina viriam a ser financiados por grandes fundações internacionais interessadas no enfrentamento da epidemia (Regina LAGO, 1999; Fernando SEFFNER, 2016 [2003]). *Derivas da masculinidade*, de Fernando Seffner é o primeiro livro e originalmente também a primeira tese sobre o tema no Brasil, trabalho destacado pela criação de um boletim intitulado Rede Bis-Brasil, a primeira rede ampla de comunicação de pessoas bissexuais no país, onde eram trocadas correspondências e

---

<sup>7</sup> Para uma discussão mais aprofundada da categoria “gilete”, ver Facchini (2009).

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais informações e cuja preocupação central dizia respeito à vulnerabilidade de homens bissexuais ao HIV/Aids.

O aprimoramento nos estudos sobre a identidade bissexual coincidiu com a tendência nas pesquisas e políticas públicas em saúde de se concentrar em categorias de práticas sexuais que não tenham relação direta com identidades, adotando a expressão HSH (homens que fazem sexo com homens) em vez de nomear determinadas práticas como “bissexuais” (Gabriela CALAZANS, FACCHINI, 2022). A partir de então, seria um caminho árduo até que a bissexualidade se constituísse como um tema de interesse independente no Brasil. Se, em 1993, o violento assassinato do vereador alagoano Renildo José dos Santos após este se declarar bissexual seria incorporado na agenda do movimento homossexual como o martírio de um gay, em 1997 a conferência da International Gay and Lesbian Association (ILGA) realizada no Rio de Janeiro votou pela não-inclusão de bissexuais no nome do movimento (James GREEN, 2000, p. 25; FACCHINI, 2005, p. 39). A adoção da sigla “GLBT”, resultado de uma intensa campanha dos movimentos bi e trans estadunidenses, encontraria resistência no Brasil, dentre outras razões, pelo reconhecimento limitado da identidade bissexual no país. Nos dez anos seguintes, encontros nacionais e estaduais votariam ainda algumas vezes se a letra B seria incluída, excluída ou deslocada para o final da sigla, o que começaria a ser entendido como uma expressão de preconceitos no interior do movimento e pressionaria para a criação das primeiras iniciativas de organização política coletiva de bissexuais no Brasil.

A decisão do XI EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) em 2003 de excluir o segmento bissexual do nome do movimento por alegar que não era um segmento organizado, inspirou a criação no ano seguinte do Núcleo Bis, na ONG Estruturação, de Brasília (Camila CAVALCANTI, 2007, p. 64). Em 2004, a proposição de retirar o B no II Encontro Paulista GLBT, que acabou por deslocar a letra para o final da sigla, levou à criação de uma lista de e-mails de militantes do estado de São Paulo chamada Rede B e de um coletivo local chamado Espaço B, no âmbito da Associação da Parada do Orgulho de São Paulo (Isadora FRANÇA, 2006; FACCHINI, 2018). Já no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), seria formado o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) (Maria LEÃO, 2018).

Nesse momento, as pessoas ativistas não reivindicavam um protagonismo bissexual em um movimento apartado, mas o reconhecimento de bissexuais como parte constitutiva dessas organizações e movimentos mais amplos. Construídas como espaços de acolhimento e troca

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais entre pessoas bi, essas iniciativas tinham uma proposta de diálogo direto com outras identidades dissidentes e de produzir informações sobre a bissexualidade, de modo a combater preconceitos no interior dos movimentos. Regina Facchini (2020) afirma que, por isso, a principal reivindicação dos grupos bissexuais não era voltada para o Estado, como os demais, e sim para o próprio movimento, demandando o reconhecimento da bissexualidade como uma identidade política. Apesar de acabarem por introduzir a noção de bifobia no Brasil, essas iniciativas militantes tiveram dificuldades em um contexto de intensas disputas entre as letras da sigla no processo de institucionalização do movimento LGBT frente ao Estado brasileiro; nesse contexto, atitudes que iam desde o desdém até o “roubo de vagas”<sup>8</sup> eram comuns contra militantes bissexuais, o que levou ao fim do CBB em 2008 (LEÃO, 2018; FACCHINI, 2020).

Para Facchini (2020), as discussões levantadas por esses primeiros grupos refletiam também um teor contestatário que ganhava força na época com os movimentos anti-globalização na América Latina e de introdução da teoria queer no Brasil. A atuação de militantes bissexuais começou a suscitar pesquisas, quando algumas dessas pessoas eram também acadêmicas. A produção de suas reflexões das políticas da sexualidade ficaria registrada no *Jornal BIS - Unindo Forças* do Núcleo Bis e no blog do Espaço B. É digno de nota que, mesmo que o movimento bissexual organizado no Brasil tenha surgido após o “momento heroico” de militância contra o HIV/Aids, aqui também a presença feminina foi central para a constituição da bissexualidade como uma identidade e uma questão políticas, e mesmo na produção acadêmica sobre o tema, que renascia lentamente. A Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e o Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi) têm sido apontados como importantes espaços de disputa política para a bissexualidade através da atuação de ativistas mulheres (Melissa JAEGER, 2018; LEÃO, 2018).

Um segundo momento da atuação ativista em torno da bissexualidade no Brasil pode ser identificado a partir dos anos 2010, quando surgem coletivos independentes e autônomos centrados na bissexualidade, isto é, que reivindicam um protagonismo bissexual na luta política. Se os primeiros movimentos bi no Brasil buscavam criar um espaço dentro de organizações LGBT mais amplas, nesse período os coletivos passam a buscar a criação de um espaço

---

<sup>8</sup> Era comum que, em eventos do movimento LGBT, as vagas destinadas a representantes bissexuais fossem ocupadas por sujeitos de outro segmento (principalmente gays e lésbicas), sob a justificativa de que pessoas bissexuais não estavam presentes no ativismo da época. É importante salientar que casos como esse não deixaram de se repetir por completo.

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais bissexual próprio, não necessariamente vinculado a essas organizações, se afastando de “um ‘nós’ LGBT, colocando-se como um ‘nós’ monodissidente em contraste com um ‘eles’ monossexual – que é tanto heterossexual quanto gay e lésbico” (MONACO, 2020a, p. 141). Esse momento é inaugurado pelo surgimento do Bi-Sides, coletivo formado a partir de um blog na cidade de São Paulo em 2010, que foi fundamental para o aprimoramento das discussões e das atividades de acolhimento entre bissexuais com maior autonomia em relação ao movimento LGBT, e também na ampliação de seu alcance para outros espaços geográficos e sociais, pelo uso das redes sociais.

Como espaço aberto e seguro de discussão, o grupo do Bi-Sides no Facebook acumulou milhares de membros e facilitou o acesso, o desenvolvimento e a discussão sobre a bissexualidade em um sentido que continuaria em outras plataformas digitais, como grupos de WhatsApp, perfis no Instagram, canais de YouTube e a rede emicamemente chamada de *bi twitter*, mas também em novos coletivos pelos país. A própria força da noção de “coletivo”, de organização política horizontal em oposição a grupos mais formalizados, situa o movimento bissexual da última década dentre as formas de atuação que se difundiram nos movimentos sociais brasileiros no mesmo período, com uma identificação especial com os de pessoas assexuais e não binárias. Uma outra marca desse momento é a produção de novos espaços e linguagens baseados na experiência, como na adoção das noções de bifobia, monossexualidade e monodissidência (FACCHINI, 2018; MONACO, 2020b; VAS, 2021).

A produção de saberes acompanhou esse crescimento e essa diversificação. Por um lado, os princípios de “visibilidade” e “representatividade” fazem surgir em blogs, vídeos, podcasts, páginas em redes sociais e grupos de discussão sobre o assunto, e já se fala até mesmo em uma literatura de ficção bissexual brasileira<sup>9</sup>. Por outro lado, os estudos científicos crescem com uma velocidade inédita na última década, em número, origem e área do conhecimento, principalmente na graduação, mas começam a adentrar mais profundamente os programas de pós-graduação em diferentes regiões do país e a inspirar projetos de divulgação científica, com uma demanda crescente de leitores interessados no tema.

As pesquisas ainda são poucas, se levarmos em conta o volume da produção de estudos sobre gênero e sexualidade no país nas últimas décadas, mas têm crescido em número recentemente e se inclinado para contribuir em debates caros ao campo político da

---

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, a obra de Maria Freitas (2021).

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais bissexualidade na atualidade, em particular a falta de representatividade na mídia, na Comunicação (Fernanda ROSSI, 2020), e os índices estatísticos graves de saúde mental e práticas patologizantes, na Psicologia (JAEGGER, 2018). Alguns dos conceitos, referências e categorias de maior influência (que apresentaremos adiante) passam a ser cada vez mais compartilhados entre ativistas e pesquisadores, agora com maior ênfase na bissexualidade em si, particularmente o apagamento bissexual (LEÃO, 2018) de Kenji Yoshino (2000) e a bifobia (VAS, 2021) tal como apareceu em Shiri Eisner (2021). Junto com o vocabulário político, também as epistemologias bissexuais são recentemente exploradas como ponto de partida teórico, como nos trabalhos de Elizabeth Lewis (2012) e Helena Monaco (2020a), embora os trabalhos supracitados venham oferecendo também críticas e alternativas baseadas nos contextos brasileiros.

Mais recentemente, este jovem campo passou a investir na criação de espaços de debate coletivo através de minicursos, projetos de divulgação científica, como a Bi-Biblioteca no Instagram (Danieli KLIDZIO, MONACO, 2022) e eventos, como o I Seminário Nacional de Estudos Bissexuais (SENABI), realizado em dezembro de 2021<sup>10</sup>. Pesquisas recentes têm mostrado a centralidade do digital, em especial das redes sociais, na formação e consolidação de espaços de sociabilidade e organização política de sujeitos bissexuais (MONACO, KLIDZIO, 2021), que também contribuem para a maior circulação dos conhecimentos acadêmicos.

Porém, mesmo em um contexto de ascensão de grupos conservadores ao poder, o fortalecimento dessas formas de atuação não implica que o movimento bi brasileiro não tenha aberto um caminho de diálogo ou cobrança com esferas do Estado e com entidades mais formalizadas; podemos ver isso no registro de determinados coletivos bissexuais como ONGs e como membros de conselhos de saúde.

Com o início da pandemia de Covid-19, em 2020, a formação de redes se intensifica na ampliação de grupos de estudo, discussão, socialização e mesmo no diálogo através de páginas de redes sociais, e é criada a Frente Bissexual Brasileira, uma rede nacional que reúne coletivos e ativistas independentes de diversas partes do Brasil. Os coletivos que compõem a Frente atualmente são: Bi-Sides, Frente Bi (PI), Amora (RS), MovBi (PB), Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria (PB), Frente Bi de BH (MG), BIL, BisiBilidade (RJ),

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCZdcAj0T3rWqxc6u2DuvoOO/videos>.

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais ComBi (SC) e Visibilidade Bissexual Bahia (BA) e Vale PCD (PE). Nesse que alguns vêm anunciando como um novo período ou, como preferimos chamar, um novo momento, de maior interação coletiva, regional, e entre pesquisadores e ativistas (também com pessoas que transitam por esses lugares) em torno da bissexualidade, as discussões avançam em diferentes espaços. Exemplos são a multiplicação de mandatos no legislativo que reivindicam essa identidade politicamente e na campanha vitoriosa do movimento por um reconhecimento das necessidades de pessoas bissexuais por serviços de saúde mental sensíveis às particularidades dessa população, materializada na resolução n. 08/2022 do Conselho Federal de Psicologia (2022). Embora já tenha havido políticos que acionaram sua identidade bissexual no campo público anteriormente, como Renildo José dos Santos e Marielle Franco, e os primeiros grupos já tenham chegado a participar da elaboração de políticas públicas, esse novo contexto conta com uma mobilização coletiva mais intensa.

### **Entre teorias e ativismo: alguns conceitos fundamentais**

Como vimos, os estudos acadêmicos contemporâneos e o movimento bissexual têm produzido e compartilhado um vocabulário específico para nomear e descrever os processos construídos e enfrentados por pessoas bissexuais. Assim, conceitos como bifobia, apagamento, monossexualidade, monossexismo e monodissidência - respectivamente delineados a seguir - têm sido utilizados para fundamentar demandas e discussões que favoreçam a visibilidade da comunidade bi e combatam a discriminação à bissexualidade.

Dentre as produções nacionais, Elizabeth Sara Lewis (2012) é pioneira ao incorporar em sua dissertação de mestrado o conceito de bifobia, já debatido no exterior por membros do ativismo bissexual como Robyn Ochs, mas também por autoras acadêmicas como Marjorie Garber (1997). A dissertação de Lewis é defendida quando a noção de bifobia ainda era nova no país e o movimento bi passava por um processo de mudança com o fim dos primeiros grupos (LEÃO, 2018). Segundo a autora, a bifobia se caracteriza como o preconceito, estigmatização e hostilidade praticados por heterossexuais e homossexuais contra pessoas bissexuais, configurando uma dupla violência. Lewis indica que a literatura, de modo geral, confere a causa da bifobia à noção da bissexualidade como ambígua e como uma combinação da heterossexualidade e da homossexualidade; nesse caso, a própria ideia de bissexualidade tem sido objeto de discriminação por heterossexuais ao ser lida como parte da homossexualidade e é invalidada entre homossexuais ao ser percebida como ameaça à coesão do movimento gay ou como detentora de privilégios heterossexuais. Entretanto, em contraposição à proposta de

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais

Garber que descreve a bifobia como uma consequência da homofobia, Lewis argumenta que, mesmo com a erradicação da homofobia, persistiria o risco de que pessoas bissexuais sofram com a discriminação por não estar em conformidade com parâmetros exclusivos da hétero ou da homossexualidade.

Pensando ainda na integração da bissexualidade às comunidades LGBTQIAP+, é importante mencionar a noção de apagamento bissexual, a qual - de acordo com os relatos da ativista e escritora bissexual Lani Ka'ahumanu, em uma troca de e-mails com Inácio Saldanha - já era presente no vocabulário da comunidade bi estadunidense a partir da década de 1980. Segundo sua contextualização, o termo “gay”, anteriormente usado como guarda-chuva para as identidades lésbica, transexual e bissexual, passou a ser negado pela comunidade lésbica quando esta passa a reivindicar reconhecimento de suas demandas específicas e opor-se à misoginia presente na comunidade homossexual. Nesse cenário, acontece a ressignificação do termo “gay”, que passa de uma designação genérica a uma referência direta a homens homossexuais, não incluindo mais pessoas trans e bissexuais, que passam a ter de lutar, de forma independente, pelo seu espaço e pela validação de suas identidades.

Para uma matriz normativa assentada na relação de oposição entre categorias binárias de gênero e sexualidade (Judith BUTLER, 2018), a bissexualidade tem sido percebida como ameaça à dualidade heterossexual-homossexual, ao confundir os limites que fixam esses grupos como mutuamente excludentes (MONACO, 2020a). Dessa forma, torna-se alvo do que Kenji Yoshino (2000), ao reformular e sistematizar a ideia de apagamento, denomina como contrato epistêmico de apagamento da bissexualidade. Segundo o autor, tanto homossexuais quanto heterossexuais exerceriam o apagamento da bissexualidade a partir de interesses em comum, como a manutenção da estabilidade das orientações sexuais binárias, a preservação do sexo como uma categoria relevante na diferenciação das sexualidades e a conservação das normas monogâmicas de relacionamento, sob pretexto de proteção dos heterossexuais contra a infecção por HIV (associada à bissexualidade) e em favor da maior aceitação pública da homossexualidade.

Yoshino aponta, ainda, que o apagamento bissexual é sistematizado em três esferas: o apagamento de classe, no qual a existência da bissexualidade é negada, não configurando uma orientação sexual real, mas uma fase de experimentação ou de transição; o apagamento individual, o qual, apesar de considerar a existência da bissexualidade, questiona a bissexualidade de um indivíduo em específico, por não percebê-la como uma identidade

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais individual estável; e a deslegitimação, na qual se reconhece a bissexualidade, mas se associa a ela uma série de estereótipos, como a promiscuidade, a infidelidade e a transmissão de doenças (YOSHINO, 2000).

Assim, a existência de interesses em comum entre os grupos heterossexual e homossexual favorece o surgimento de uma nova relação de oposição nas leituras que partem da bissexualidade: monossexualidades e não monossexualidades (MONACO, 2020a). A monossexualidade, segundo Jaeger (2018), é o termo utilizado para designar orientações sexuais cuja atração direcionada a um único gênero, tal como na homo e na heterossexualidade; já as identidades não monossexuais (como a bissexualidade e a pansexualidade), são caracterizadas pelo desejo por mais de um gênero. Embora seja comum imaginar que a categoria monossexual surge no âmbito do movimento, ela vem acompanhando a categoria bissexual em toda a sua trajetória nos discursos científicos (ANGELIDES, 2001; MONACO, 2020a). A relação entre essas duas categorias binárias é mediada, de acordo com Eisner (2021), pelo monossexismo, estrutura social que estabelece como norma a monossexualidade e pressupõe que todas as pessoas são (ou deveriam ser) monossexuais, de forma que as não-monossexualidades são desautorizadas.

Por outro lado, é importante mencionar que a adoção dessa nova relação de oposição entre categorias analíticas (monossexual/não monossexual) não está isenta de críticas dentro das próprias teorizações sobre bissexualidade. Hemmings (2002), apesar de reconhecer a importância estratégica do termo “monossexualidade” na unificação da comunidade bissexual, diferenciando-a daqueles que têm o gênero como um fator relevante para atração sexual/afetiva (monossexuais), chama atenção para os riscos políticos e discursivos desse novo dualismo. Em primeiro lugar, a autora destaca que a discriminação sofrida por bissexuais, apesar de partir tanto de heterossexuais quando de gays e lésbicas, não é a mesma nesses diferentes contextos. Nesse sentido, aponta que posicionar os bissexuais como a parte oprimida da dicotomia monossexual/não-monossexual “apaga as diferenças entre lésbicas/gays e heterossexuais, igualando a dinâmica de poder existente entre bissexuais e lésbicas/gays com aquela entre homossexuais e heterossexuais” (HEMMINGS, 2002, p. 29, tradução nossa).

Ainda assim, a autora assume que as pessoas bissexuais estão particularmente sujeitas aos efeitos do “monossexismo”. Este último termo recebeu as mesmas críticas no Brasil, onde Leão (2018, p. 74) também o viu como uma “transposição mecânica” da proposta de Kenji Yoshino. Esse conceito, no entanto, foi gestado no próprio movimento, e não se trata de uma

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais noção original de Yoshino. Por outro lado, acreditamos que a adoção dessas noções mostra-se relevante ao entendimento das relações sociais em que a bissexualidade está envolvida, caracterizando as vivências de pessoas bissexuais e possibilitando a mobilização de estratégias coletivas de combate a formas particulares de violência e vulnerabilidade. Especialmente, a monossexualidade como categoria analítica é importante para evidenciar a exclusão discursiva e política da bissexualidade na produção de categorias dicotômicas de sexualidade e as contradições entre elas.

Recentemente, um contexto de maior ênfase política na experiência tem favorecido o fortalecimento de outras identidades não-monossexuais e de espectros de sexualidade, assexualidade, romanticidade e arromanticidade (FACCHINI, 2020; MONACO, 2020a). Assim, no contexto do ativismo bissexual brasileiro, o termo “monodissidência” é adotado para reunir várias identidades sexuais cuja atração sexual e/ou romântica dirige-se a mais de um gênero (VAS, 2021). A nomenclatura é proposta como “um projeto de unificação política que inclui as diferenças, pois não se trata de uma categoria identitária, mas de um termo que agrega diferentes formas de identificação como parte de um mesmo movimento político” (MONACO, 2020a, p. 102), de forma a acolher a multiplicidade de expressões monodissidentes e fortalecer o movimento de resistência ao monossexismo.

A maioria dos conceitos aqui discutidos foram desenvolvidos no contexto do ativismo bissexual, mas também transitam por livros e trabalhos científicos, que lhes conferem contornos mais rigorosos como categorias de análise e, por vezes, a legitimidade necessária para reivindicações políticas em seu retorno aos movimentos sociais. Hoje formam o arcabouço discursivo compartilhado entre movimento e estudos bissexuais que ampara as reivindicações da comunidade bi no que se refere a formulações teóricas, garantia de direitos e desenvolvimento de políticas públicas ou conscientização dos atores envolvidos na luta pela diversidade sexual.

## **Considerações finais**

Embora geralmente receba pouca atenção nos debates políticos e científicos da sexualidade, a bissexualidade tem inspirado um volume considerável de saberes e ações, e passado por várias ressignificações que desembocaram em um vocabulário ativista e teórico próprio. As epistemologias bissexuais, particularmente, defendem que a bissexualidade não deveria ser simplesmente adicionada aos entendimentos vigentes sobre sexualidade e

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais identidade, mas seria um princípio que mostra que as identidades sexuais são construídas e, por isso mesmo, não pode se reivindicar como uma delas. A bissexualidade representaria uma ferramenta política e analítica para dismantlar o pensamento dualista sobre gênero e sexualidade.

No contexto do ativismo nacional e internacional, inicialmente, a expressão política da bissexualidade permaneceu diluída na atuação do movimento homossexual, situação que passa a ganhar novos contornos a partir década de 1980, nos Estados Unidos, e no Brasil a partir dos anos 2000, quando o primeiro momento do movimento bissexual brasileiro é marcado pela reivindicação de reconhecimento da bissexualidade enquanto identidade distinta e pelo combate à discriminação no movimento LGBT. Já a partir de 2010, a mobilização política bissexual se caracteriza pelo surgimento de coletivos independentes que demandam um maior protagonismo bissexual no campo do ativismo, e pelo avanço das discussões em torno da bissexualidade em diferentes canais de comunicação, propulsão pela criação do coletivo Bi-Sides. Mais recentemente, percebe-se, com a criação da Frente Bissexual Brasileira, uma tendência à articulação dos agentes que constroem o debate sobre bissexualidade no Brasil, dando origem a uma rede coletiva que envolve tanto mobilizações políticas quanto acadêmicas.

Vimos que as preocupações em torno da epidemia de HIV/Aids foram propulsoras dos estudos sobre bissexualidade no final do século passado, nacional e internacionalmente. No entanto, as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas se desenvolvem em relação próxima com os movimentos sociais, pois são, por vezes, conduzidas pelos próprios ativistas bissexuais ou respondendo a demandas dos movimentos, em uma dinâmica de aliança e coprodução, ainda que não sem atritos. A partir do exposto, consideramos que a produção acadêmica e do movimento bissexual têm se influenciado mutuamente, no Brasil e no mundo, tanto na produção dos sentidos políticos e teóricos da bissexualidade quanto como na formulação de conceitos e categorias analíticas. Tais conceitos, embora compartilhados, ganham diferentes sentidos a depender dos contextos: por um lado, como formas de denunciar violências sofridas e legitimar reivindicações políticas com um vocabulário próprio, por outro, como categorias analíticas que buscam explicitar os processos de formação de subjetividades e dinâmicas de exclusão até então pouco explorados na academia.

O presente trabalho propõe uma apresentação introdutória da trajetória política e acadêmica da bissexualidade, bem como dos principais conceitos que a têm orientado; sendo assim, não pretendeu esgotar os debates teórico e político que a envolvem. Dessa maneira, é

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais pertinente a realização de pesquisas que tensionem os conceitos brevemente abordados aqui, sobretudo o de apagamento bissexual, monossexualidade e monossexismo, contrapondo suas diferentes origens e aplicações teóricas e práticas. Além disso, o panorama por nós delineado acusa, ainda, a necessidade de uma análise mais sistemática e crítica dos períodos que caracterizam a produção da bissexualidade no Brasil, explorando sobreposições e diferenças entre o ativismo político e a produção de conhecimento sobre bissexualidade.

## Referências Bibliográficas

ANGELIDES, Steven. *A history of bisexuality*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.

BANDEIRA, Thaynan Phellipe da Rocha. *Bissexualidade masculina, imprensa e representações: a produção de sentidos estigmatizantes na primeira epidemia de Aids no Brasil*. 2018. Licenciatura (Curso de História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

BEEMYN, Brett. “Bisexuality, bisexuals and bisexual movements”. In: STEIN, Marc (org.). *Encyclopedia of lesbian, gay, bisexual and transgender history in America*. Nova York: Charles Scribner’s Sons, 2004. p. 141-145.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALAZANS, Gabriela; FACCHINI, Regina. “Mas a categoria de exposição também tem que respeitar a identidade”: HSH, classificações e disputas na política de aids”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 8, online, 2022.

CAVALCANTI, Camila Dias. *Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual*. 2007. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 8, de 17 de maio de 2022: estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais*. Brasília, 2022.

CRUZ, Beatriz Fragoso. *Invisi(bi)lidades: vivências bissexuais na comunidade LGBTQIA+ na região metropolitana de Belém-PA*. 2021. Bacharelado (Faculdade de Psicologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

DESCHAMPS, Catherine. “Visual scripts and power struggles: bisexuality and visibility”. *Journal of Bisexuality*, v. 8, n. 1-2, p. 131-139, 2008.

DONALDSON, Stephen. “The bisexual movement’s beginnings in the 70s: a personal retrospective”. In: TUCKER, Naomi (org.). *Bisexual politics: theories, queries and visions*. Nova York: Routledge, 2013. p. 31-45.

- SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bisssexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais
- EISNER, Shiri. *Bi: notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Editorial Linha a Linha, 2021.
- FACCHINI, Regina. “De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos”. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 31-69.
- FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 2008. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- FACCHINI, Regina. “Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo”. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 309-342.
- FACCHINI, Regina. “Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI”. In: GREEN, James N; QUINALHA, Renan; CAETANO, Marcio; FERNANDES, Marisa (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 311-329.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: O movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. 2006. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- FREITAS, Maria. *Clichês em rosa, roxo e azul*. 3 volumes. Niterói: Se Liga Editorial, 2021.
- FRY, Peter. “Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. In: FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. p. 87-115.
- GARBER, Marjorie. *Vice-versa: bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HEMMINGS, Clare. *Bisexual spaces: a geography of sexuality and gender*. Nova York: Routledge, 2002.
- JAEGER, Melissa Bittencourt. *Experiências de minas bissexuais: políticas identitárias e processos de marginalização*. 2018. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- KLIDZIO, Danieli; MONACO, Helena Motta. “Bi-Biblioteca: divulgação científica sobre bissexualidade e monodissidência no Instagram”. In: *REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DA*

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais *CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA*, 8, 2021, online, ReACT. Anais... Campinas: Unicamp, 2022. p. 1834-1850.

LAGO, Regina Ferro do. *Bissexualidade masculina: dilemas de construção de identidade sexual*. 1999. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

LEÃO, Maria. *Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais*. 2018. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

LEWIS, Elizabeth Sara. “*Não é uma fase*”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. 2012. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

MacDOWALL, Lachlan. “Historicizing contemporary bisexuality”. *Journal of Bisexuality*, v. 9, p. 3-15, 2009.

MacRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: Edufba, 2018.

MALIEPAARD, Emiel; BAUMGARTNER, Renate. “Bisexuality in Europe: introduction to the field and this book”. In: MALIEPAARD, Emiel; BAUMGARTNER, Renate (orgs.). *Bisexuality in Europe: sexual citizenship, romantic relationships, and bi+ identities*. Nova York: Routledge, 2021. p. 1-17.

NAGLE, Jill. “Framing radical bisexuality: toward a gender agenda”. In: TUCKER, Naomi (org.). *Bisexual politics: theories, queries and visions*. Nova York: Routledge, 2013. p. 305-314.

MONACO, Helena Motta. “*A gente existe!*”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020a. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

MONACO, Helena Motta. “Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços ‘monodissidentes’”. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020b.

MONACO, Helena; KLIDZIO, Danieli. “O digital é político: ativismo bissexual e apropriações das mídias digitais”. *REIS: Revista Eletrônica Interações Sociais*, v. 5, n. 1, p. 153-168, 2021.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROSSI, Fernanda Santos. *Representação bissexual e reconhecimento da bissexualidade: uma análise de Minha Mãe É Uma Peça 2 e The Bisexual*. 2020. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

SALDANHA, Inácio dos Santos. “‘Semi-hétero nem é gente’: uma análise da bifobia em espaços de cibernabilidade homossexual”. *Periódicus*, n. 14, v. 2, p. 181-205, 2020.

SALDANHA, Inácio, MONACO, Helena, e CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais  
SAN FRANCISCO. San Francisco Human Rights Commission. LGBT Advisory Committee.

*Bisexual invisibility: impacts and recommendations*. San Francisco, 2011.

SEFFNER, Fernando. *Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da bissexualidade masculina*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SILVA, Claudio Roberto da. *Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo*. 1998. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

STORR, Merl (org.). *Bisexuality: a critical reader*. Londres e Nova York: Taylor & Francis e-library, 2002.

VAS, Dani. *Militância enquanto convite ao diálogo: o caso da militância monodissidente*. 2021. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

YOSHINO, Kenji. “The epistemic contract of bisexual erasure”. *Stanford Law Review*, v. 52, n. 2, p. 353-478, jul-dez, 2000.